

Polêmicas e aspectos contextuais da insurreição sertaneja

ecos das motivações e questões sociais do Contestado no discurso jornalístico

Karina Janz Woitowicz

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

WOITOWICZ, KJ. Polêmicas e aspectos contextuais da insurreição sertaneja: ecos das motivações e questões sociais do Contestado no discurso jornalístico. In: *Imagem contestada: a guerra do contestado pela escrita do diário da tarde (1912-1916)* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015, pp. 181-213. ISBN 978-85-7798-212-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Polêmicas e aspectos contextuais da insurreição sertaneja

Ecos das motivações e questões sociais do Contestado no discurso jornalístico

Quem tem, mói. Quem não tem, mói também, e no fim todos ficarão iguais.

Ditado popular sertanejo

Nomear culpados e vítimas, dar voz a grupos políticos e econômicos, discutir polêmicas e emitir opinião sobre o desenrolar dos acontecimentos. Estas (e muitas outras) práticas que a imprensa lança mão para “agir” no ambiente social não se reduzem a meros relatos fixados no papel. Ao contrário, dizem respeito a importantes polêmicas que, observadas em meio às questões diretamente ligadas aos episódios que configuraram a Guerra do Contestado, são capazes de revelar sentidos, posicionamentos e principalmente compreensões (estereotipadas ou não) do mundo sertanejo e dos valores que pautam a sociedade em uma determinada época.

No percurso realizado para esta análise do caso de imprensa da Guerra do Contestado – marcado pela seleção e organização de diversas temáticas e argumentos que permeiam e tangenciam os acontecimentos já registrados pela historiografia oficial – algumas “descobertas” foram registradas. Não se tratam propriamente de abordagens inaugurais ou fatos inéditos para a história do movimento, mas de problemáticas contextuais que parecem solicitar um olhar mais atento. Afinal, mais importante do que reconhecer (ou simplesmente confirmar) fatos e operações de guerra é analisar o modo como a imprensa construiu sentidos ao tematizar e discutir questões como a religiosidade, os valores da monarquia, a luta pela terra, a interferência de grandes forças econômicas e o próprio modo como se dá o discurso “sobre” a insurreição sertaneja.

A partir de construções discursivas que estabelecem a visão e o sentido do mundo social, a imprensa que participou ativamente dos acontecimentos da Guerra do Contestado procura uma série de explicações para tentar definir as origens e o desenvolvimento do conflito. Estes argumentos, selecionados em suas características mais significativas, permitem

compreender as condições de produção do discurso, apoiadas em uma singularidade histórica e uma especificidade local.

O caráter polêmico da imprensa, ao inserir estas várias questões na ordem do dia, pode ser associado à perspectiva de Peter Burke, que lembra que diversas pessoas envolvidas nos mesmos eventos ou nos mesmos processos contam a história desses eventos e processos de diversos pontos de vista. A questão referente a essas narrativas polifônicas, para ele, “é não tentar decidir a história de quem é a ‘correta’ (como faria um juiz) ou provar que o que tomamos como realidade é uma ilusão (como faria um filósofo), mas usar as histórias para reconstruir as atitudes e valores dos narradores, empregando um conflito de narrativas para compor uma narrativa de conflitos.”

O discurso jornalístico, neste sentido, pode ser considerado não apenas mediador das tensões e posicionamentos, mas propriamente construtor de polêmicas do mundo social ao se movimentar entre uma série de falas e interesses. Por isso mesmo, a hipótese da polifonia sugerida por Peter Burke também pode ser pensada para a análise da imprensa, sendo obviamente preferível diante da perspectiva de uma única voz ou mensagem fixando sentidos.

Neste campo marcado pela disputa de sentidos, com fortes ligações com o contexto social que está sendo construído e no qual as questões do Contestado se desenrolam, variados posicionamentos se encontram expressos nos jornais, fazendo da prática discursiva um espaço de manifestação e compreensão de situações políticas e culturais específicas. Assim, são as diferentes formas de significar, sustentadas pelas angulações e motivações dos diversos grupos que “escreveram” a história do Contestado, que manifestam um esboço político, social, econômico ou religioso em cada acontecimento, servindo de possível caminho para orientar a análise do jornal *Diário da Tarde*.

A tentativa de procurar nos discursos as expressões de várias questões e polêmicas contextuais é o que estimula o trabalho de reflexão e análise dos jornais sobre o caso Contestado. Afinal, conforme sugere Maurice Mouillaud, o jornal é o lugar onde ressoa o concerto das vozes que, sem ele, não teriam eco: “vozes discordantes por suas origens, seus conteúdos e seus locutores, caso sejam e devam ser autorizadas para se fazer escutar” (MOUILLAUD, 1997, p.117). Esta mediação entre o jornal e as vozes que nele adquirem significado, ao revelar em cada enunciado uma parte da

construção da Guerra do Contestado, insere na história os diversos atores e argumentos que, no transcorrer dos acontecimentos, participaram direta ou indiretamente do movimento.

A relação da imprensa com as vozes que a constituem, por meio de acordos implícitos e explícitos que fazem que cada enunciado incorpore sentidos latentes, deve-se ao poder de asserção sobre o real que ela institui. Tomando o caráter polifônico do discurso jornalístico como parâmetro para a observação de questões contextuais do movimento sertanejo, procura-se aqui investigar como se articulam, movimentam e sobrepõem os discursos produzidos por agentes específicos em situações determinadas no trabalho da imprensa, colocando em jogo alguns argumentos que contribuíram para a construção de imagens do conflito orientadas por interesses distintos.

Será levado em consideração o modo como a imprensa paranaense tratou as expressões da cultura sertaneja, a luta pela terra, a exploração das empresas estrangeiras e os valores presentes na política do movimento do Contestado, de modo a dar (ou, em alguns casos, negar) voz aos grupos que disputam sentido no espaço simbólico do jornal. Desse modo, percorrendo questões de cunho cultural, político ou social, os textos aqui analisados devem servir de pano de fundo para a compreensão dos acontecimentos que envolvem a Guerra do Contestado, uma vez que partem do universo social para as representações tecidas pela comunicação no trabalho de divulgação de ideias, opiniões e interesses.

Traços de um movimento social e milenarista

Um preceito ético, resumido num ditado que foi notícia no *Diário da Tarde*, evidencia muito bem os valores que pautaram o movimento do Contestado: “Quem tem, mói, quem não tem, mói também, e no fim todos ficarão iguais” (22/02/1914)¹. Mais do que um simples ditado, este dizer representa também a construção de uma nova sociedade, em que os bens são comunitários e a igualdade entre as pessoas figura como princípio principal.

1. Este lema dos sertanejos de José Maria, referido em vários livros e ainda lembrado pelos moradores da região do Contestado, faz referência à igualdade e à vida em comunidade. “Moer”, neste sentido, representa a partilha de alimentos como a mandioca e o milho, entre outros.

Penetrando nos modos de vida e organização dos sertanejos, pode-se compreender que o movimento, além do caráter social, apresenta conteúdos e práticas milenaristas, uma vez que supunha um reinado terrestre da divindade que, acreditava-se, teria a duração de um novo milênio, segundo interpretação do Apocalipse de São João.² Isso quer dizer que estava presente na revolta a crítica ao sistema social, político e econômico da época no próprio desejo de fundar uma “nova” sociedade. Esta percepção é importante para melhor situar os valores do imaginário sertanejo e o modo como dialogam (ou não) com os anseios e receios das forças e atores sociais que pautam, tematizam e repercutem os discursos jornalísticos.

Eric Hobsbawm considera o milenarismo camponês a base das principais correntes de contestação política e econômica do século XX. Para ele, os movimentos ditos “primitivos” de resistência e protesto antimoderno tendem a ser ignorados ou menosprezados pela historiografia, que acaba enxergando-os como fenômenos marginais; porém, longe de ser marginal, esse tipo de movimento exerceu papel decisivo nas grandes reviravoltas revolucionárias do século passado.³

Em artigo intitulado “A mística da revolução”, Michael Löwy argumenta que para compreender as revoltas é preciso partir da contestação de que a modernização, o surgimento do capitalismo nas sociedades camponesas tradicionais e a introdução do liberalismo significam um cataclismo social que as desarticula por completo. Para ele,

Quer a chegada do mundo capitalista moderno seja um processo insidioso, que se dá pela atuação de forças econômicas que os camponeses não compreendem, quer ela irrompa de maneira brutal, pela conquista ou troca de regime, ela é vista por eles como agressão mortal a seu modo de vida. As revoltas camponesas contra essa nova ordem, sentida como insuportavelmente injusta, em muitos casos são inspiradas pela nostalgia do mundo tradicional, dos “bons e velhos tempos” em maior ou menor grau míticos. (2001, p.16)

-
2. Vale lembrar que o milênio, aqui, não segue o calendário formal de datas. Um “novo milênio”, na concepção sertaneja, representava a ruptura de um tempo de miséria e exploração e o advento de uma nova estrutura social, baseada na igualdade. Assim, seriam sinais indicativos dos fins dos tempos o contexto social em que viviam e as relações hierárquicas entre os indivíduos.
 3. De acordo com Hobsbawm, a essência do milenarismo, a esperança de uma transformação completa e radical do mundo que se traduzirá na chegada do novo milênio, está presente em todo movimento revolucionário.

Pelas características comuns aos movimentos milenaristas, que parecem ser os mais aptos a se tornarem revolucionários, pode-se perceber a riqueza de anseios dos “rebeldes” desconhecidos que fizeram a história do Contestado. É na multiplicidade de significados contida nos conceitos e rituais sertanejos que se fundamenta uma interpretação crítica da história e do contexto específico em que atuam e tentam modificar. Eventos ocorridos no tempo, como as apropriações de terras, a política dos coronéis e a exploração de riquezas e mão de obra pelas empresas estrangeiras apresentaram-se, neste cenário, como argumentos que confirmam o fim dos tempos, enquanto a crítica política e social (mesmo não estando presente de modo racionalizado e sistemático) somava-se à religiosidade para compor a utopia de uma sociedade diferente.

A noção de coletividade, que orientou a vida nos acampamentos – onde tudo era dividido e as preocupações terrestres com bens materiais eram abandonadas – é uma das principais marcas do caráter milenarista do movimento sertanejo. Em seu estudo sobre os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado, Duglas Teixeira Monteiro observa que, dos três episódios analisados,

[...] a Guerra do Contestado foi o único que tomou, inequivocamente, um caráter milenarista. Adversários da República, os participantes da irmandade rebelde diziam-se monarquistas. Entretanto, a monarquia que aspiravam, mais do que uma instituição política, era percebida como a realização do Reino escatológico. (1978, p.75)

O principal objetivo do movimento social do Contestado, à semelhança dos demais movimentos milenaristas, é a destruição total de um mundo de injustiças, que deveria ocorrer de maneira súbita para a implantação do milênio igualitário (uma forma de convivência ainda não registrada na história). Na articulação entre a realidade dos sertanejos e os sonhos de mudança, adota-se uma maneira particular de interpretar textos bíblicos, baseada na fuga do convívio dos homens para se aproximar das “leis” de Deus. É neste diálogo que, conforme assinala Ivone D’Avila Gallo, configura-se o confronto entre a organização social instituída e os receios do povo em relação à modernização.

O conceito de liberdade emerge na encruzilhada de um mundo povoado de mitos e heróis, com a racionalidade republicana. Ele é a própria expressão da total incompatibilidade entre o projeto de modernização, pretendido pelo governo, e o ritmo de vida do sertanejo, pois o que estava em discussão não era a modernização em si, mas o aspecto global do processo. Incondicionalmente, em nome da boa ordem, o progresso chega diluindo condutas sedimentadas na solidariedade e no despojamento, para colocar no seu lugar o seu inverso. Sob esse prisma, o conceito de liberdade é, na sua essência, anticapitalista, pois ele se impõe diante das forças desagregadoras, na defesa de um modo de vida que vinha sendo destruído à revelia dos caboclos. (GALLO, 1999, p.158).

Estas considerações relacionadas à negação das forças econômicas e políticas, que nortearam o movimento do Contestado, expressam-se também na própria simbologia utilizada pelos sertanejos para se posicionarem “do outro lado”. A autodenominação de “pelados”⁴, em contraposição a “peludos”, para designar aqueles que não compactuavam com a causa, é expressiva desta questão. Os “peludos” eram aqueles que tinham dinheiro, poder e seguiam as “regras” da República; os “pelados”, por sua vez, eram os que não tinham dinheiro, terra nem direitos. Para melhor representar essa diferença e para torná-la evidente, os caboclos costumavam raspar a cabeça e a barba e, ainda, para reconhecerem uns aos outros, enfeitavam os chapéus com fitas brancas, sendo a medida padrão do corte das fitas correspondente à estatura de José Maria.⁵ A injustiça é então sentida como a opressão dos fortes – peludos – contra os fracos – pelados.

O sonho de um mundo igualitário, em que todos os bens são partilhados e as pessoas convivem com a paz, cultivado ao longo dos anos pelas figuras místicas que percorreram o sertão da região sul do Brasil, incidiu diretamente nos acontecimentos do Contestado e no próprio modo de compreender e rejeitar os valores e práticas impostos pela sociedade

4. Sabe-se que a origem da expressão “pelados” resultou da prisão de alguns integrantes do movimento sertanejo, que tiveram seus cabelos cortados na delegacia de polícia. A partir daí, todos passaram a raspar os cabelos para representar, simbolicamente, a distinção entre os demais.

5. Em entrevista que fizemos com João Paes de Faria, sobrevivente da Guerra do Contestado, em 06 de outubro de 1999, em Lebon Régis/SC, a regra que consistia no corte dos cabelos foi lembrada: “Veio um homem do Rio Grande do Sul oferecer força, estava querendo ajudar, o Adeodato disse: “Mas tem que cortar o cabelo, porque aqui no nosso acampamento não tem gente cabeluda”. Ele cortou. Todo mundo tinha que cortar.”

“republicana”. O seguinte trecho do romance “*O bruxo do Contestado*”⁶ traz algumas referências que permitem esboçar, no aspecto milenarista da Guerra do Contestado, algumas expressões das questões sociais que motivaram a organização dos sertanejos.

Nos campos do Irani e no arraial do Taquaruçu, no Contestado, graças ao monge José Maria, só havia fartura e alegria. Injustiça passava longe! Enfermidade nenhuma, só se viesse de fora! Era o reino da paz, da justiça e da fartura – nos rios corria leite, e algumas montanhas eram de beiju – mas, como podia!, o governo queria acabar com ele! (OLIVEIRA NETO, 1996, p.10).

O sentido milenarista da revolta sertaneja traz também implicações no modo como os sertanejos manifestam sua ideologia em relação à vida política. É na crença na constituição de um mundo diferente que o movimento do Contestado passa a adotar, em meio à simbologia das práticas e rituais, a ideia de monarquia como caminho possível para concretizar os ideais de igualdade. A monarquia a que aspiravam, no entanto, é bastante diferenciada de como compreendiam os defensores da República, nos centros urbanos. Na verdade, a palavra era utilizada para caracterizar um reinado de paz, prosperidade e justiça terrena. Segundo Queiroz, “monarquia” consistia na maneira de “dizer não à república que nada lhes tinha dado, regime em cujas leis e instituições se apoiavam os coronéis e as companhias estrangeiras para lhes assaltarem as terras” (QUEIROZ, 1981, p.139). O caráter místico de um tal conceito ideológico advinha de que a monarquia era compreendida como “uma coisa do céu”, que poderia ser realizada na vida terrena.

Assim, pode-se dizer que foi revestida de aspectos simbólicos a manifestação das expectativas relativas à vida política e social das populações sertanejas pela concepção de monarquia. De acordo com D’Avila Gallo,

Quando os revolucionários falam em Monarquia, estão falando de uma revolução no calendário, pois o tempo perfeito não está no passado, mas na antecipação do futuro, como milênio igualitário. A ambiguidade, no emprego

6. Trata-se de um romance com dimensão histórica, que parte de um personagem – Gerd, um camponês pobre e desvalido do Sul do Brasil durante o Estado Novo – que mistura visões e profundos anseios de justiça que levaram seus antepassados a pegar em armas na Guerra do Contestado.

do vocábulo, é, paradoxalmente, o meio de revelar o sentido preciso, o significado atribuído pelo sertanejo à palavra monarquia, pois ele causa o efeito de figura de linguagem, como um contraponto ao regime republicano, uma lei que precisa ser combatida; e a palavra monarquia representaria, em uma das suas nuances, o contrário de República. (GALLO, 1999, p.142).

É preciso lembrar que os receios em relação ao regime republicano – que trazia a partir de sua introdução o pagamento de impostos e a desconfiança em relação aos inúmeros cargos públicos – nunca se dissiparam completamente. Este descontentamento de alguns (ou, ainda, o desejo de um “retorno ao passado”), somado ao idealismo com que concebiam a noção de Império, deu ao conceito sertanejo de monarquia um caráter ambíguo, pois não se refere especificamente ao regime político decaído, mas traz à memória os costumes, um modo de vida sobre o qual a interferência dos poderes políticos era relativa, invertendo assim as noções de progresso e civilização.

Não é de estranhar que o alarme de uma possível restauração monárquica nos sertões contestados tenha repercutido espantosamente no Estado, levando-se em consideração que se tratava de um período histórico de consolidação do regime republicano na sociedade. O fragmento retirado do *Diário da Tarde*, já mencionado nas considerações sobre o aspecto religioso do movimento e aqui acrescido das medidas utilizadas para tentar conter a revolta, confirma os temores de um movimento de contestação também política, contrário aos princípios da República.

O monge José Maria, também conhecido como João Maria, e que é o mesmo que tem percorrido muitas vezes os sertões de nosso Estado, é o chefe desse movimento de fanáticos que, segundo telegramas do Rio, tem por fim restaurar a monarquia. A princípio pareceu ser isso coisas de um fanático qualquer que, com alguns adeptos, andasse por aí iludindo uns pobres caboclos.

Todavia, os despachos de hoje já emprestam bastante gravidade aos acontecimentos que se estão dando no vizinho estado de Santa Catarina. E é tamanha a gravidade que o governo federal resolveu mobilizar tropas do exército que seguem para a região dominada pelos fanáticos. [...] Continuam a chegar notícias do movimento que se está dando em Santa Catarina, chefiado por um fanático. As comunicações enviadas pelo

coronel Albuquerque asseguram que, em Campos Novos e em Curitiba, reúnem-se bandos de fanáticos. Diz que seguiu de Blumenau uma força de polícia, que deverá gastar oito dias para chegar ao local, em virtude da dificuldade de transporte. O governo federal enviará forças do exército, em vista da insignificância numérica da polícia de Santa Catarina. (26/09/1912)

As mesmas acusações de tentativa de restauração monárquica, no Contestado, serviram também como um argumento poderoso quando da insurreição de Canudos, e naquele momento vieram justificar a ação repressiva do governo. Também no período da Guerra do Contestado, quando estava no governo o marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), verificou-se o uso intensivo da violência para combater formas de oposição, resultando no massacre das populações sertanejas.⁷

A mobilização das forças do exército para combater o movimento “subversivo” que tinha por lema a restauração da monarquia mostra o caráter autoritário que orientou as ações de guerra, assim como a profunda incompreensão das origens da insurreição sertaneja. É de Paulo Ramos Derengoski a seguinte justificativa para a oposição assumida às práticas e aos valores republicanos:

Grandes empresas do Paraná se julgavam no direito de auferir os impostos da erva-mate e grupos imobiliários urbanos se atiravam sobre a posse e o usucapião que tinha dos tempos do Império. Não por acaso a bandeira da restauração na monarquia seria erguida – do começo ao fim – pelos rebeldes em armas, que chegaram mesmo a proclamar um tal Império Sul Brasileiro, coroando rei um fazendeiro analfabeto. (DERENGOSKI, 2000, p.25).

Orientando-se por uma crítica social em que a monarquia era considerada “lei de Deus”, os integrantes do movimento do Contestado chegam a proclamar um Império Sul Brasileiro nos sertões em setembro de 1914, sendo este o marco que dá início à ofensiva sistemática dos rebeldes. O *Diário da Tarde* publica na íntegra o manifesto do então ‘imperador’ dos

7. De acordo com Jorge Caldeira, o clima político tenso só começou a desanuviar com a escolha do mineiro Venceslau Brás para suceder Hermes da Fonseca. A Primeira Guerra Mundial, deflagrada pouco antes de sua posse, em 1914, contribuiu para amenizar os conflitos internos no Brasil, quando então se verifica uma nova disposição para o enfrentamento de problemas sociais. (CALDEIRA, 1999, p.250).

sertanejos, D. Manoel Alves de Assunção Rocha, tornando público o desejo de mudança política e estrutural inerente ao movimento do Contestado.

De União da Vitória foi enviado ao *Diário da Tarde* o seguinte ‘manifesto’, que publicamos “ipsis literis”, a título de informação:

Carta aberta à Nação: Eu, D. Manoel Alves de Assunção Rocha, aclamado Imperador Constitucional da Monarquia Sul-Brasileira, em 1º de agosto do corrente ano, com a sede ao reduto do Taquarussu do Bom Sossego, convido a nação para lutar para completo extermínio do descabido Governo Republicano que durante 26 anos infelizes esta pobre terra trazendo o descrédito, a bancarrota, a corrupção dos homens e finalmente o desmembramento da Pátria comum. Comprometo-me:

1º Em pouco tempo eliminar o último soldado republicano do território da monarquia que compreende as três províncias do sul do Brasil: Rio Grande, Santa Catarina e Paraná.

2º Para o futuro, anexar ao império o Estado Oriental do Uruguay, antiga Província Cisplatina.

3º Organizar um exército e armada dignos da monarquia e reorganizar a Guarda Nacional.

4º Dar ao País uma constituição completamente liberal.

6º Reduzir os impostos de exportação e importação e assim estabelecer o livre câmbio, dentro do território, do império.

7º Fazer respeitar meus súditos, logo que me seja possível, em qualquer ponto do Planeta.

8º Fazer respeitar em absoluto a liberdade da imprensa, também menosprezada pela antiga república.

9º Tornar inexpugnável a barra do Rio Grande e todo o litoral do País.

10º Guarnecer toda a fronteira com o Estado de São Paulo e a fronteira Argentina, logo que seja reconhecido oficialmente o novo império e organizado o exército imperial.

11º Assumir, relativamente, todos os compromissos do antigo regime que relativamente couberem ao Império Sul-Brasileiro.

12º O Exército Imperial será a primeira linha e a Guarda Nacional a Segunda.

13º A unificação da lei judiciária no País.

14º Restringir a autonomia dos municípios.

15º Imitir provisoriamente numerário nominal e em seguida a conversão metálica.

Polêmicas e aspectos contextuais da insurreição sertaneja

16º A religião oficial será a Católica Apostólica Romana.

17º A liberdade de culto.

18º Cogitar o desenvolvimento da lavoura sem desprezo da indústria.

19º Imposto protecionista a indústria, do Império e a lavoura.

20º Livre os portos do Império a todo estrangeiro sem cogitar-se de raça, crença, etc.

21º Serão considerados nacionais todos os estrangeiros que residirem dois anos no País.

22º Modificar o atual sistema de júri, que não está mais compatível com o século.

23º O ensino será obrigatório tanto para a infância quanto para o exército.

(31/08/1914)

Há quem diga que o manifesto foi redigido com vistas a atrair a atenção do governo federal e estadual, logo depois do desastre de Taquarussu, uma vez que o documento foi remetido pelo correio às capitais. De qualquer modo, a publicização de um documento contendo diretrizes de um governo imperial demonstra as dimensões que o movimento assume, proporcionalmente aos temores de uma revolta política irreparável. As medidas e modificações contidas no manifesto são também expressivas por confirmarem a presença de uma crítica social às injustiças sofridas pela população e a defesa de construção de uma nova sociedade. Neste “novo” projeto político, sobressaem mudanças estruturais como a fundação de uma província reunindo os três estados do sul e a reorganização da guarda, além de significativas reformas baseadas em uma constituição “completamente liberal”, capaz de atender princípios como a liberdade de imprensa e culto, ensino obrigatório e desenvolvimento da lavoura em detrimento da indústria.

O esboço de uma organização pautada nos princípios e medidas do “Império Sul-Brasileiro” teve repercussão imediata junto à opinião pública, embora fosse praticamente consensual a impossibilidade de concretizar tais anseios. Representava, pois, a racionalização dos objetivos do movimento, colocando em evidência o descontentamento dos sertanejos com o sistema político e social vigente.

Juntamente com a “carta aberta à nação”, o jornal publica uma correspondência enviada por João da Silva Leite, alertando sobre os perigos da revolta. No relato, aparecem maiores detalhes sobre o sentido da monarquia na organização sertaneja e principalmente os receios manifestos em

pedidos de “providências enérgicas” do governo para o caso dos revoltosos do Contestado.

Tem esta por fim orientar a essa redação sobre o que se passa relativamente ao movimento monárquico nos sertões de Santa Catarina e Paraná. Os revoltosos já coroaram seu imperador a D. Manoel Alves de Assumpção Rocha. A coroa é de madeira e foi feita por um ótimo marceneiro e fazendeiro morador na zona conflagrada, de nome Schultz e de nacionalidade alemã. [...] Eles contam com muitos milhares de homens, e não fazem 20 dias que receberam três caixões com armamentos, que desembarcaram na estação de Rio das Antas e é testemunha ocular disso o sr. João Claudino, residente nesta cidade.

Hoje o coronel Carneiro recebeu telegrama de seu irmão Salomão, dizendo que tinha recebido aviso que no dia 26 eles iriam arrebanhar gado e animais em sua invernada em São João de Cima, e portanto tomasse providências porque retirava-se para esta cidade.

Dia a dia, sr. redator, eles vão alargando seus domínios à proporção que a população foge e grande parte adere.

Entendemos que esta revolta monarquista com coroa de madeira e de caboclos boçais constitui sério perigo à instituição republicana. Hoje ela tem à sua frente rudes caboclos; amanhã, porém, ela terá para a sua direção homens de ação e virá fatalmente a restauração da monarquia ou custará muito sangue e rios de dinheiro ao Brasil.

Consta que os agentes das estações da São Paulo-Rio Grande receberam circular do chefe do tráfego para não porem o menor embaraço caso os monárquicos queiram utilizar-se dos trens e do telégrafo.

Diariamente são ceifadas vidas preciosas dos nossos caboclos que não querem aderir ao movimento, as fazendas saqueadas e as casas queimadas. E quais as providências tomadas pelo governo? A quem nos devemos queixar? Quem indeniza os prejuízos causados pelos revoltosos, prejuízos que excedem a mil contos? Quem é responsável pela viuvez e orfandade causada pelos revoltosos?

Se o governo não tomar providências enérgicas, sr. redator, teremos que aderir ao movimento, para salvaguardar os nossos interesses e as nossas vidas. Esperamos, pois, sr. redator, que dareis publicidade desta carta em vosso conceituado jornal, o que antecipadamente vos agradecemos. (31/08/1914)

A carta trata o Contestado, já no início, como um movimento monárquico em que a negação da República se manifesta de maneira racional. Os possíveis rumos da revolta, alarmados pelas notícias que correm e ganham visibilidade pública na referida carta, são considerados como um perigo à instituição republicana, sendo necessário cobrar medidas do poder público para resolver a questão. É importante perceber que estes temores não dizem respeito, diretamente, ao estágio em que o movimento se encontrava na época, mas ao constante aumento de adeptos e, principalmente, à possibilidade de “homens de ação” (e não apenas “rudes caboclos”) tomarem a frente da organização.

Mesmo admitindo a distância real entre a consolidação do movimento e a mudança de regime, a ideia de que a República poderia ruir, podendo assim custar sangue e dinheiro ao Brasil, faz-se presente no texto informativo/opinativo veiculado no *Diário da Tarde*, traduzindo preocupações diversas que dizem respeito aos episódios da Guerra do Contestado.

O conteúdo da carta adquire uma força simbólica ainda maior diante da “cumplicidade” que estabelece com o jornal para denunciar a situação e exigir a ação do governo no assunto. A frase final, “se o governo não tomar providências enérgicas, sr. redator, teremos que aderir ao movimento, para salvaguardar os nossos interesses e as nossas vidas”, é interessante justamente por representar uma tática que não funciona apenas como uma pressão ao poder ou uma denúncia ao estado de alarme, mas faz perceber que nesta fala veiculada pelo jornal existe também um outro “nós” (que não se trata simplesmente de uma oposição entre revoltosos e republicanos), constituído em um espaço que sugere a possibilidade de variação, conforme as circunstâncias e os interesses específicos do grupo social em questão, do apoio à república para uma força a favor da monarquia e contrária aos interesses governamentais.

Constrói-se, assim, um campo polêmico em que emerge uma espécie de ameaça de contestação ao regime vigente, na medida em que o assunto entra em pauta e demarca uma posição específica diante dos possíveis desdobramentos da questão. Quando se “pede” a publicação da carta no jornal, ao final do texto, está se forjando um tipo de posição polêmica sobre o assunto que, independentemente das possibilidades reais de concretização da mudança de regime político, instituem sentidos e conferem ao movimento sertanejo sua dimensão crítica.

Percebe-se que as principais questões de ordem social, política e econômica que acionaram o processo de rebeldia no Contestado,

consideradas também parte da história do conflito, são abordadas e discutidas pelo jornalismo da capital paranaense, embora nem sempre associadas aos acontecimentos da Guerra. Interessa notar que o conjunto de polêmicas em torno de aspectos contextuais da sociedade da época permite observar motivações e ângulos diversos que fazem que o jornal e os diversos grupos sociais que nele atuam se manifestem e disputem sentidos. Desse modo, torna-se possível recuperar o modo como a organização social vigente aparece e é discutida pelos jornais, oferecendo elementos que servem para identificar os fundamentos da “nova sociedade” idealizada pelos seguidores de José Maria.

Afinal, é por meio da relação entre o conteúdo dos textos e a situação social da época que se pode encontrar as marcas da contestação dos sertanejos à sociedade em que vivem. Assim, abandonados e oprimidos por um governo que se recusou a reconhecer seu direito à terra, os sertanejos tornam-se receptivos às práticas dos monges e suas críticas à República, apostando em uma maneira de fazer valer direitos que não eram respeitados.

Percebe-se, desse modo, situações e interesses bastante distintos na configuração do cenário da guerra. De um lado, os sertanejos, sem terras, sem emprego, sem direitos e isolados dos valores religiosos tradicionais (que se restringiam aos pequenos centros urbanos), que se organizam em redutos onde todos os bens são comuns; de outro, os políticos e “coronéis”, responsáveis pela distribuição de títulos de propriedade e pelo apoio aos privilégios cedidos para a exploração de capital estrangeiro. É em meio a esta disparidade de posições que se desenrolam as resistências e investidas entre o movimento sertanejo e as forças militares.

A pertinência de se deter em cada um dos principais aspectos referentes ao contexto instituído nas primeiras décadas do século justifica-se pela relação dialógica entre o contexto e os jornais estudados. A leitura e análise de exemplares do *Diário da Tarde* permitiram identificar algumas marcas dos “poderes” e das “verdades” projetados pela imprensa, levando-se em conta que esta atua enquanto espaço público das ideias, estabelecendo a mediação entre posições e interesses diversos.⁸

8. A reflexão a respeito do discurso mediático enquanto lugar de construção e articulação de diversos pontos-de-vista é desenvolvida por Fausto Neto: “Os jornais, enquanto dispositivos do campo das mídias, estabelecem uma tensão de forças e de relações simbólicas com demais campos de saberes e de poderes, aspectos que são ilustrados pelo conjunto de transações realizadas mediante o trabalho simbólico propriamente dito e que se caracteriza

Nas páginas seguintes, procura-se analisar o modo como as questões sociais que coincidem com o período da Guerra do Contestado são discutidas e repercutidas pelo jornal, servindo de fundo básico para a compreensão da resistência no Contestado. Articulando os diferentes sentidos projetados pelas falas que a imprensa produziu e veiculou, procura-se observar os discursos jornalísticos em sua pluralidade e contradições, ressaltando o modo como a imprensa tratou e instituiu significados pelo trabalho cotidiano dos jornais no caso Contestado.

Para tanto, parte-se da ideia de que a notícia não se caracteriza apenas como uma imagem da realidade, que pode ser correta ou deformada, mas também como um marco pelo qual se constrói rotineiramente o mundo social. Assim, voltando no tempo e revisitando algumas situações da época, pretende-se desvendar os componentes textuais e contextuais do discurso, a fim de identificar e compreender como os valores e os impasses de poder entram em tensão, constituindo um campo polêmico na atividade da imprensa marcado por posicionamentos distintos.

Na disputa pela terra, a luta pelo sentido

Um bem considerado sagrado e comum: a terra. Um princípio idealizado pelo sertanejo: a igualdade. Estes dois elementos, em divergência com o modelo político e econômico vigente no período da Guerra do Contestado, tiveram influência inegável no clima de descontentamento que motivou, juntamente com outras questões ideológicas e culturais, a insurreição sertaneja. O discurso em torno da temática da terra, envolvendo as políticas de concessão, a utilização e os aspectos de propriedade, são recorrentes no *Diário da Tarde* no tratamento das notícias. Próximos ou distantes dos episódios do Contestado, interessa analisar como estes discursos articulam sentidos e tencionam posicionamentos ao produzirem e veicularem questões de interesse público.

Percorrendo os discursos jornalísticos que fazem referência à questão da terra, torna-se possível compreender a dimensão simbólica das palavras no processo de construção (histórica e social) da realidade. Pode-se dizer

pela intervenção daqueles nos processos de rotinas e de construção dos acontecimentos, por parte dos jornais.” (FAUSTO NETO, 1999, p.143).

que a polêmica da terra que perpassa os discursos jornalísticos do *Diário da Tarde* coloca em evidência – ainda que não seja esta a intenção do periódico – as complexas estratégias utilizadas por determinados grupos sociais para o acúmulo de riquezas e capital. Sabe-se que a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas (processo que se agravou durante o século XIX, quando começaram a aparecer os “intrusos” como uma nova categoria social) constituiu um dos motivos detonadores dos acontecimentos posteriores, em 1912. Segundo D’Avila Gallo,

Com a Proclamação da República, intensificou-se o projeto de colonização, realizado em boa parte em terras devolutas, e também em ampliações das concessões de terrenos às empresas estrangeiras. Os empresários aliados aos fazendeiros locais e aos governos compravam terras devolutas e de particulares por preços irrisórios, vendendo-as depois com vantagem. Nesse processo de modernização, muitos posseiros foram expulsos de suas terras e nada podiam fazer quando um terceiro, devidamente documentando, aparecia reclamando seus direitos como legítimo proprietário. (GALLO, 1999, p.98).

O interesse principal dos estados do Paraná e de Santa Catarina dirigia-se para uma ocupação e utilização racional do solo, tornando a exploração da terra um negócio economicamente viável. No momento em que acontece a disputa territorial entre os dois estados, ambos começam a vender as terras, que eram devolutas, em grandes áreas para especuladores que, como se sabe, compravam barato na esperança de valorização da terra, sem se importar com os sertanejos, que dela extraíam sua subsistência. Uma das medidas tomadas pelas autoridades foi a implementação do projeto de colonização em terras devolutas.

Na avaliação do historiador Nilson Thomé⁹, o interesse pelas terras da região do Contestado baseava-se na lógica de especulação.

Aqui, na região do Timbó, havia fazendeiros com título de propriedade expedido pelo Paraná, e Santa Catarina não reconhecia, então essa terra era vendida para um especulador. Qual a expectativa desses especuladores? A madeira, porque a *Lumber* comprava não a terra, mas toda cobertura

9. Em entrevista concedida em Caçador/SC, em outubro de 1999.

vegetal e a área da estrada de ferro que ia colonizar. Nessa perspectiva de explorar madeira e vender terras para imigrantes os especuladores faziam esse tipo de trambique com os governos, tanto do Paraná quanto de Santa Catarina. (Depoimento de Nilson Thomé)

É de se notar que a expulsão dos sertanejos de suas terras para a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande foi um marco importante para o acirramento das tensões no Contestado. Tratava-se de um empreendimento que interessava aos investidores estrangeiros, pois estabelecia a conexão com os portos do Atlântico. O governo brasileiro alegou dois motivos para a obra: um deles foi a segurança, devido à disputa com a Argentina pelo território de Palmas. O outro se relacionava à economia; pela ferrovia, seriam transportados os alimentos agropastoris do sul do país.

A empresa norte-americana *Brazil Railway Company*¹⁰ ficou responsável pela estrada.¹¹ De acordo com o contrato, foi outorgada uma área de quinze quilômetros de terras de cada lado dos trilhos de uma ferrovia que iria ligar São Paulo ao Rio Grande do Sul, em que seria feita a colonização da região. Este contrato ganhou as páginas do *Diário da Tarde* em vários momentos, assumindo uma tentativa de didatizar as questões relativas à concessão de terras ou imprimindo o caráter polêmico sobre o assunto. O seguinte texto, que aparece em resposta ao advogado Marcelino Nogueira Júnior, da *Brazil Railway*, referindo-se à legitimidade das pretensões da companhia americana quanto às terras marginais de suas linhas, explicita esta questão.

Registramos tão somente o fato, porque chegou ao nosso conhecimento que a empresa há procurado medir terras além da faixa a que tem direito e bem assim que é intenção dela obter terras, gratuitamente, na linha que vai de

10. A *Brazil Railway Company* pertencia a Percival Farquhar, o mesmo dono da Madeira-Mamoré, da Vitória-Minas e da Port-of-Pará, que agia também na África e na Ásia. O Sindicato Farquhar tinha também monopólio da distribuição da energia elétrica em várias cidades do Brasil.

11. É importante registrar que a empresa responsável pela estrada de ferro gerou um grave problema social ao contratar trabalhadores. Cerca de 8 mil operários de diferentes regiões do país foram recrutados para a construção da ferrovia, com a promessa de bons salários e passagem de volta assim que o trabalho fosse concluído. As promessas, no entanto, não passaram de um golpe... Sem trabalho e sem condições de comprar terras – pois só poderiam ser vendidas a colonos estrangeiros – os operários não tinham para onde ir. Terminada a obra, muitos deles se juntaram aos fiéis de José Maria.

Foz do Iguaçu ao Salto das Sete Quedas. Certo, o dr. Marcelino Nogueira não nos negará o direito de abordar os assuntos que nos afigurem ligados aos interesses capitais do Estado e da Nação, e deve concordar que justíssimos são os nossos receios de patriotas quando acreditamos que uma vasta parcela de nosso território pode ir cair em mãos de capitalistas estrangeiros. De nossa parte nenhum intuito de guerrear quem quer que seja, e sim o de simples defesa em torno de um patrimônio que nos foi legado pelos antepassados e cuja proteção nos incumbe como órgão de opinião. Duas cartas sobre o assunto chegaram a esta redação, tendo como preocupação a invasão ousada da companhia nas terras do sertão:

“Ao redator, a bem dos interesses dos pobres, que não têm recursos para lutar e defender seus direitos, deveis prosseguir nessa campanha de sorte a evitar que a São Paulo – Rio Grande nos absorva e aniquile.”

“Sobre o assunto tratado por este jornal, permita-me, sr. redator, externar os meus aplausos mais sinceros pela elevação dos vossos intuits patrióticos. (...) É voz corrente que a poderosa companhia tem o intuito de obter para seu acervo territorial uma área igual ao comprimento total da estrada multiplicado por 15 km de cada lado, recebendo compensações das terras que foram destinadas pelo Paraná à fundação de núcleos coloniais, isto é, para a formação de centros produtores de mercadorias e transportar nas linhas da estrada, isto é, geradores de renda para ela. Ora, sendo a colonização o destino com que foram concedidas terras à companhia, seria o cúmulo do absurdo que o governo compensasse áreas já ocupadas para esse fim. Além disso, parece muito curioso o fato de estarem sendo medidas pela empresa terras devolutas sitas em zonas onde ainda não existem linhas devidamente aprovadas pela União. Se a ilustrada redação permitir, em próxima carta me externarei mais detidamente sobre o importante assunto, onde, contrariamente ao que assevera o ilustre advogado Marcelino Nogueira, ainda há muita coisa a elucidar.” (21/10/1912)

A introdução do texto faz sobressair o compromisso do jornal com assuntos relacionados aos interesses da nação, justificando a postura “patriótica” do periódico em discutir a concessão de terras, amplamente questionada por figuras da vida pública e leitores do *Diário da Tarde*. Trata-se de uma resposta aos argumentos do advogado da empresa norte-americana sobre o respaldo legal das pretensões da *Brazil Railway Company* em relação à colonização da área, publicados na mesma semana. Interessante

perceber que o jornal admite que sua função, enquanto órgão de opinião, é abordar assuntos de interesse público, sem com isso manifestar o intuito de “guerrear com quem quer que seja”; assim, mantém uma relação de cordialidade com os atores posicionados em lados opostos, esboçando uma espécie de “permissão” para discutir o assunto.

As duas cartas publicadas pelo jornal, embora não assinadas, trazem à tona os interesses que envolvem a empresa estrangeira, chegando inclusive a questionar as práticas e intenções da *Brazil Railway* no que diz respeito à ocupação das terras. A primeira delas confirma o posicionamento do jornal em esclarecer e questionar o andamento das negociações, figurando desse modo ao lado daqueles “que não têm recursos para lutar e defender seus direitos”. Por este viés, assuntos e decisões que perpassam a exploração estrangeira são discutidos pelo jornal, sob a alegação de estar garantindo os interesses do Estado e da União.

A segunda carta, repleta de relevantes argumentos envolvendo as negociações da empresa de Percival Farquhar, tem como tônica o fato de uma série de questões não estarem devidamente elucidadas, ao contrário do que teria afirmado o advogado da empresa. O interesse no transporte de mercadorias, o “absurdo” da ocupação de áreas em que a estrada de ferro ainda não havia sido construída e a proposta de “colonização” em terras já habitadas demonstram que o acordo do governo com a empresa apresentava uma série de interesses obscuros. Por meio das cartas, o jornal estabelece a mediação com os receios da sociedade civil e confirma seu posicionamento “ao lado do povo”, como constantemente divulgam os editoriais.

O tema da concessão de terras continua a ser repercutido no *Diário da Tarde*, pelas entrevistas com representantes de grupos políticos e econômicos, cartas de leitores e notas diversas. Mas, em determinados momentos, o posicionamento do periódico torna-se mais explícito, quando então traduz o efeito de “enfrentamento” de forças sociais relevantes da sociedade, apontando argumentos para tal direcionamento. O texto que segue, tratando das políticas governamentais dos últimos presidentes no que se refere às concessões de terras para a estrada de ferro, faz transparecer a opinião do jornal em meio aos diversos interesses que circundam a polêmica questão.

Quanto ao governo atual, o fato de não sermos um órgão bafejado pelas brisas dos cofres públicos nos habilita a oferecer opinião igualmente insuspeita, incapaz de não traduzir a realidade positiva e insofismável dos fatos. E essa opinião

não pode deixar de ser inteiramente favorável à norma de conduta observada pelo sr. Presidente do estado, cujos sentimentos de defesa em torno do nosso patrimônio territorial têm se exteriorizado de maneira tão franca e tão salutar. O decreto imperial lavrado a 9 de novembro de 1889 concedeu à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande a área de terras devolutas que existissem dentro de uma faixa de 15 km para cada lado do eixo das respectivas linhas. E estas linhas eram a que sai de São Pedro e vai ao Rio Uruguai e o ramal que saindo de Imbituva fosse a Guarapuava e dali a Foz do Iguaçu. Ao governo estadual não seria lícito, seguramente, negar a entrega da área territorial que de fato coubesse à E.F. São Paulo-Rio Grande. Dá-se, porém, que a poderosa empresa, hoje completamente estrangeirada, não parece se contentar com as terras exclusivamente de sua concessão. Quer ir além, quer terras marginais a linhas que não figuram no decreto de 9 de novembro de 1889 ou tão pouco no do governo provisório que aprovara as partes que haviam ficado dependentes de sanção do Poder Legislativo. Contra isso é que devemos protestar, auxiliando naturalmente a ação que o governo atual do Estado, bem e solidamente orientado, terá que tomar. (21/11/1912)

Além de apresentar uma maneira de construção da notícia marcada pela defesa incontestável da verdade – pela manifestação de distanciamento dos cofres públicos, que dá ao jornal o poder de veicular uma opinião “insuspeita”, desprovida de amarras políticas –, o *Diário da Tarde* acaba por assumir inimigos e aliados em seu trabalho discursivo. Abordando detalhes do decreto referente às terras devolutas concedidas à empresa norte-americana, oferece uma visão dos interesses que ultrapassam os limites dos privilégios legitimados oficialmente. A especulação do grupo responsável pela estrada de ferro no que diz respeito à tentativa de ampliar o domínio das terras, presente em outros textos publicados pelo jornal, assume aqui o efeito de verdade, sendo esta prática condenada pelo periódico. O apoio manifesto ao governo do Estado, do mesmo modo, confirma o posicionamento do jornal em defesa dos interesses dos paranaenses, uma vez que estabelece a relação entre o poder público e os anseios do jornal

Pela observação destes discursos, percebe-se a presença de discussões e polêmicas em torno de questões que tangenciam a Guerra do Contestado, oferecendo uma espécie de mapeamento das situações sociais existentes no referido período. Confirma-se, também, a importância da

discussão sobre a terra nos acontecimentos do Contestado, uma vez que os interesses da empresa estrangeira se chocam com o modo de vida dos sertanejos.

Neste trabalho de interpretação, estão sendo levantadas questões que procuram delinear o papel da imprensa na construção discursiva da Guerra do Contestado, em meio a uma série de tensões e acontecimentos contextuais que a envolvem. Para tanto, torna-se necessário o diálogo com registros históricos que apresentam relevância para a proposta de análise. Neste percurso, somam-se diversas perspectivas de compreensão do conflito, ao mesmo tempo em que surge como inevitável, também, a contestação de eventuais leituras sobre o assunto.

Consideraremos que há uma série de evidências que denunciam a revolta diante de um sistema de opressão e miséria, que se manifesta nas atitudes dos sertanejos e nos valores por eles constituídos. Contudo, não raras vezes estas evidências são ignoradas por autores dedicados a oferecer seus pontos de vista sobre os acontecimentos do Contestado. Um deles, que chamou a atenção justamente por considerar, já no título de seu livro, a possibilidade de recuperar uma “verdade histórica”, apresenta uma tese inteiramente contrária à ideia de que o movimento do Contestado assumiu caráter contestatório, limitando-se a considerá-lo somente “uma guerra de puro e simples fanatismo”. Logo nas primeiras páginas, o autor, Walter Tenório Cavalcanti, propõe-se a provar que os sertanejos não fizeram uma guerra em defesa de qualquer direito, senão para rezarem pela salvação da alma:

Aquela sangrenta guerra entre irmãos foi, pura e simplesmente, obra de extremado fanatismo. Foi uma guerra na qual foram forçados a tomar parte sertanejos fanatizados por um “monge” carismático, que o seguiam para salvar suas almas e depois seguiam videntes que conversavam com o falecido monge e o também falecido São João Maria. (CAVALCANTI, 1995, p.19).

Não se tem a pretensão, nos limites desta pesquisa, de apresentar como inquestionáveis determinados enfoques aqui abordados; por isso mesmo, julgamos importante mostrar que as questões demarcadas em cada capítulo não são, absolutamente, consensuais. Porém, o contato com os jornais que produziram sentidos e traduziram angulações ao trabalharem

os acontecimentos da Guerra do Contestado permite dar legitimidade a algumas percepções.

Como conceber, por exemplo, que os sertanejos não tinham consciência das injustiças a eles cometidas em relação às terras, diante de tantos discursos jornalísticos que evidenciam a presença desta questão em diversos segmentos sociais? Algumas cartas encontradas nos pertences dos “fanáticos” (divulgadas em textos jornalísticos e livros do pós-guerra) impedem de ignorar o fundo social da revolta. Enunciados como “tudo é para as gentes da Oropa” e “o governo da República toca os filhos brasileiros dos terrenos que pertence à nação e vende para o estrangeiro, nós estamos disposto a fazer prevalecer os nossos direitos”, recuperadas por Maurício Vinhas de Queiroz, confirmam este aspecto.

Para o sociólogo, não parece haver dúvida de que, no movimento do Contestado, a reivindicação do direito à terra se tornou consciente. Isto se exprimia na “sistemática destruição dos cartórios, onde havia o livro para registro de imóveis, sempre que os jagunços atacavam as vilas. Expressava-se no fato de que os jagunços ‘desmanchavam cercas’.”(QUEIROZ, 1981, p.179)

No entanto, também os jornais parecem ignorar (ou simplesmente silenciar) as implicações dos incêndios em cartórios e das queimas de registros de propriedade das terras. Tais episódios são repercutidos no jornal como atos de puro banditismo, formas pelas quais os sertanejos procuravam alarmar a população. Mas há momentos, sem ligação direta com acontecimentos desta natureza, em que o jornal fornece subsídios para compreender a situação conflituosa entre o poder do Estado e as causas que, supostamente, impulsionaram os sertanejos à revolta, conforme demonstra o seguinte fragmento do jornal paranaense, referente a uma entrevista com o senador Alencar Guimarães e o deputado Celso Bayma:

As causas principais que motivaram o movimento subversivo provêm de uma injustiça talvez em boa parte praticada. Muitos desses homens, hoje em armas, ocupavam diversas terras que eles exploravam durante um certo tempo. Supunham-se proprietários delas em virtude do longo período de tempo em que nelas se mantinham. O governo do Paraná, porém, concedeu há tempos títulos de propriedade a outros que não aqueles ocupantes. Estes novos proprietários, fundados em seus títulos, começaram a despejar das citadas terras os referidos ocupantes, em nenhum respeito às benfeitorias

havidas e nenhuma consideração pelos pobres homens. Dessa injustiça, que lhes arrancava o que lhes parecia ser o seu patrimônio, nasceu o que nasce no fundo de todas as injustiças – o protesto. Este protesto, desprezado a princípio, veio se converter mais tarde na violência que hoje eles empregam. (02/09/1914)

O enunciado faz transparecer a situação de injustiça, que culminou com o protesto, a que os participantes do movimento estiveram submetidos; foram despejados das terras em que viviam e acreditavam ser de sua propriedade. Contudo, não deixa de legitimar a intervenção do Estado na medida em que atribui sentidos diferenciados manifestos nas expressões “supunham-se proprietários”, para fazer referência aos sertanejos, e “os novos proprietários, fundados em seus títulos”, que parece sugerir a legalidade da propriedade.

Sobre o protesto, inevitavelmente associado à violência, restam justificativas bastante expressivas, que vêm a confirmar o descaso do poder público em relação às populações sertanejas. Este texto, ao denunciar o modo como se deu a ocupação das terras, oferece também um interessante exemplo de como determinados atores políticos se manifestam sobre o assunto, mantendo aceso o debate sobre a exploração da terra e a inexistência de uma preocupação social em meio aos interesses econômicos que pautaram as políticas de posse de terra.

Em contato com os estes discursos, foi possível constatar que, salvo eventuais exceções, as perspectivas do jornal na produção e reprodução de falas em torno da temática da terra e sua posse parecem eliminá-la do campo polêmico construído. As referências, falas e opiniões são construídas pelo jornal no tratamento de outros assuntos e tensões que a tangenciam, como o conflito entre os dois estados, a questão republicana, o fanatismo. O silenciamento em relação ao incêndio de cartórios e registros de propriedade constituem um fato discursivo, uma escolha de enfoque e apresentação realizada pelo *Diário da Tarde* para apresentar uma versão determinada dos fatos.

Percebe-se que o problema da luta e disputa pela terra no Contestado extrapola a mera dimensão política ou do “controle ideológico” dos meios de comunicação. Envolve, ainda, uma mentalidade secular dominante no imaginário coletivo, seja baseada na ausência de uma política fundiária indispensável em inúmeras experiências históricas de desenvolvimento

econômico, na ideia da terra como um bem imóvel e intocável, mesmo que improdutivo, ou na histórica concentração latifundiária existente no País. Enfim, trata-se de uma questão social que envolve outros campos de saber e poder que se inter-relacionam nos constantes processos de produção de sentido.

Os mecanismos que dão visibilidade à questão da terra no discurso jornalístico são, nesta perspectiva, formas de mediação sempre conflituosa que traduzem ou transportam em si uma série de conflitos de interesses diversos que envolvem a especulação e a disputa pela manutenção de estruturas de concentração de terras. Uma questão que, na Guerra do Contestado ou nas demais lutas camponesas seculares, percorreu a história do Brasil deixando marcas de profunda injustiça e desigualdade.

Reflexos do poder econômico no universo periodístico

Sob a alegação de trazer ao atrasado sertão contestado o desenvolvimento e o progresso, é preciso lembrar que, juntamente com a aquisição de terras, a *Brazil Railway Company* se empenhou em explorar a riqueza e a mão de obra existente na região, injetando dinheiro nos empreendimentos do empresário Percival Farquhar. Com os quinze quilômetros de terras que ganhou de cada lado da ferrovia, a empresa norte-americana criou a serraria da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* nas cidades de Três Barras e Calmon, constituindo a maior companhia madeireira da América Latina à época¹², encarregada de devastar a mata araucária e exportar madeira, além de comercializar lotes de terras (de onde havia desalojado milhares de sertanejos).

A multinacional praticou um dos maiores crimes ecológicos da história: em 40 anos de atividade, derrubou cinco milhões de pés de pinheiros e araucárias por ano, sendo comparável – segundo dados fornecidos na obra de Derengoski – às queimadas da Amazônia e da Indonésia. Contrastando com a miséria dos sertanejos, a empresa americana cria uma estrutura de

12. Além da *Lumber*, outras empresas estrangeiras dedicavam-se à especulação de terras e à venda de lotes coloniais em determinados trechos. “Mas não eram apenas as firmas estrangeiras que se aproveitavam desses negócios. Deles se beneficiavam também, em larga medida, os coronéis do interior e seus apaniguados, em suma, todos os que dispunham de influência política sobre os governos estaduais” (QUEIROZ, 1981, p.75).

primeiro mundo no sertão, investindo em uma sofisticada estrutura empresarial. De acordo com Queiroz, nas serrarias de Três Barras e Calmon,

[...] eram serrados diariamente 300 metros cúbicos de madeira e, em dez horas de trabalho, cortavam-se 1050 dúzias de tábuas. Desde a coleta das toras, no interior da floresta, até o seu desdobramento e armazenagem, todas as operações eram mecanizadas. De Três Barras partia no rumo das matas uma ferrovia especial; na extremidade da linha, poderosos guinchos puxavam as toras desde o lugar onde eram abatidas, numa distância até de trezentos metros. [...] Apenas oitocentos trabalhadores manejavam todo esse colosso mecânico. (QUEIROZ, 1981, p.74).

Nas cidades em que se instalou, a empresa instituiu algo semelhante a uma “província” americana. Além da construção de um cinema e outros espaços de lazer, foram adotados hábitos e costumes americanos, como os uniformes de “cowboy” dos guardas da empresa. Pode-se dizer que houve a tentativa de inserir valores da cultura norte-americana nos sertões contestados; até mesmo datas cívicas passaram a ser comemoradas. Prova disso são as comemorações do dia 4 de julho, Independência dos Estados Unidos, que acabaram se incorporando ao calendário das populações do sertão.

Ainda antes do primeiro episódio do Contestado acontecer, um extenso e “apaixonado” texto sobre a indústria madeireira no Paraná é publicado, em prenúncio da comemoração da Independência dos Estados Unidos em Três Barras, sob a adjetivação de “interessantes e patrióticos festejos”. Um repórter do *Diário da Tarde* é convidado a acompanhar a viagem dos sócios/empresários Paul Adam e Quellenec pela estrada de ferro, até a localidade em que deveriam acontecer as festividades. O “gentil” convite rendeu o seguinte texto:

O ilustre engenheiro de obras do Estado referiu-se às magníficas condições com que a natureza nos dotou, aparelhando-nos para um surpreendente estado de progresso, que só depende de uma ação enérgica, inteligente e ponderada, como aquela de que já vamos dando prova, pelo acolhimento benévolo e jubiloso com que recebemos os fatores de desenvolvimento que se encaminham para o nosso território.

Para ter uma ideia da potência industrial da serraria basta dizer que diariamente são serrados cerca de 300 metros cúbicos de madeira. O serviço é

todo feito mecanicamente. Não se vê uma carroça. As máquinas se encarregam de todas as operações, desde a coleta das toras, no interior da floresta, até o seu amontoamento, já desdobradas as peças, no local donde deverão sair para os vagões do caminho do ferro. Na extremidade das linhas de acham poderosas máquinas destinadas a puxar as toras do lugar onde são abatidas até a margem da linha. Existem construídas já cerca de 30 km de linhas destinadas a esse fim, sendo o serviço de transporte feito por duas locomotivas da E.F.Sorocaba.

Já existe em depósito e pronto para exportação material capaz de exigir dezenas de comboios. Existem trabalhando nas instalações madeireiras de Três Barras cerca de 800 trabalhadores, sendo o salário médio de 4\$000. Para o serviço sanitário do pessoal, a companhia mantém um médico, que é o dr. Cerqueira Lima, e uma pequena farmácia, sendo cobrada de cada trabalhador, por mês, a título de taxa sanitária, a importância de 2\$000 mensais.

Um grande armazém fornece ao pessoal da empresa os mantimentos e demais gêneros de que eles têm necessidade. Esse armazém tem um movimento mensal de 60 contos de réis. O local é muito bem policiado, graças à energia do sr. Ira Smith, que não só mantém um pessoal exclusivamente destinado ao policiamento como também não consente a venda de aguardente e outras bebidas ordinárias, dando mesmo a este respeito, em sua casa, o melhor exemplo possível, pela adoção exclusiva das águas mineiras. Finalmente, as instalações da *Lumber* em Três Barras altamente se impõem como uma obra de grande monta econômica.

No próximo domingo, 14 de julho, tomarão parte bandas de música e de tambores, em diversas comemorações cívicas. (08/07/1912)

É visível o deslumbramento do repórter diante do desenvolvimento econômico que a empresa estrangeira vem inaugurar em meio ao “atraso” geral da população em termos de sistema industrial; com semelhante “adesão” às intenções da empresa, também são feitas manifestações positivas do acolhimento das forças políticas do território aos “fatores de desenvolvimento”. Na descrição da magnitude das operações mecânicas e da eficácia com que se realizam as etapas do processo – do corte nas matas à exportação da madeira pela ferrovia – transparecem os adjetivos ligados ao progresso, que só dependeriam, segundo o jornal, de uma ação “enérgica, inteligente e ponderada” dos investidores estrangeiros.

Interessante notar que, no que diz respeito às condições de trabalho, o jornal apresenta dois tratamentos diferenciados. Primeiramente, menciona a estrutura existente de atendimento médico e serviço sanitário disponíveis aos operários, demonstrando a preocupação da empresa com as necessidades dos trabalhadores, até então isolados de qualquer tipo de assistência. Depois, em um tom mais “moralizador”, refere-se à rigorosa segurança do lugar e ao armazém que é exemplo de respeito, uma vez que não permite a venda de aguardente e outras bebidas “ordinárias” que faziam parte do cotidiano caboclo. Todo o texto exacerba o porte da empresa, que estaria colaborando significativamente para o desenvolvimento da região do Contestado.

A referência às comemorações “cívicas” também são significativas. Salvo a constatação das enormes distâncias que separam o Brasil dos Estados Unidos, nas páginas do jornal parecem se tratar de países aliados, com interesses comuns. Isso faz que os “festejos patrióticos” dos americanos da *Brazil Railway Company* sejam também comemorados pelos brasileiros, que estariam reconhecendo na data cívica o mesmo sentido da Independência do Brasil. No dia 4 de julho, o *Diário da Tarde* chega inclusive a considerar “emocionante” a comemoração realizada pelos dirigentes da multinacional, referindo-se à data como “um dos mais memoráveis fatos da história política do mundo”.

No entanto, a referência às contribuições da empresa para o progresso da região e do Estado não aparecem sempre de maneira consensual na imprensa paranaense. Cartas e notas diversas publicadas pelo jornal mostram também o descontentamento dos trabalhadores em relação aos baixos salários, assim como a questão do desemprego decorrente da construção da estrada de ferro. Dialogando com os operários, o *Diário da Tarde* questiona, apenas alguns dias depois de ressaltar a magnitude da *Brazil Railway Company* em ocasião das festas cívicas, quais seriam as razões para a companhia responsável pela estrada de ferro não encontrar trabalhadores para a função, já que dispõe de “avultados capitais”.

Disseram-nos os operários que a maior dificuldade para o contrato de trabalhadores é a parca remuneração que a Companhia distribui aos seus empregados, e que não é a justa paga dos seus pesados serviços, sempre em aumento. Um deles, empregado da via permanente, e que ali se achava, disse-nos que, no departamento onde trabalha, também há falta de pessoal

pelo mesmo motivo, pois há, nas turmas de conserva, operários cuja diária é inferior a 3\$000, sendo que os feitores, ainda os mais antigos, não chegam a ganhar 200\$000 por mês. (24/07/1912)

Denunciando problemas que envolvem a grande empresa responsável pelo progresso (econômico, mas não necessariamente social), o jornal coloca em pauta a discrepância entre as elevadas somas de dinheiro que a empresa movimenta e a situação de exploração em relação aos trabalhadores que lá atuam. A dificuldade de contratar pessoas para o trabalho apresenta-se como resultado dos baixos pagamentos oferecidos pela empresa, que estariam em desacordo com as possibilidades reais dos investimentos ali realizados.¹³

A contradição entre os sentidos produzidos pelos textos jornalísticos no tratamento da empresa norte-americana coloca em evidência o jogo de interesses que faz que os argumentos se movimentem, oferecendo determinada leitura da realidade. Circulando entre o apoio explícito ao progresso proporcionado pela empresa e a defesa dos trabalhadores, o *Diário da Tarde* publica uma interessante matéria intitulada “Façamos justiça – A Brazil Railway não é só um polvo que suga nossas energias, mas também um fator de progresso”, em que procura amenizar as implicações referentes à concessão das terras e exploração de riqueza e mão de obra no sertão, tomando como causa maior a contribuição gerada pela empresa no desenvolvimento da região.

Quando se fala em Brazil Railway logo acode à nossa lembrança o nome dessa formidável organização de homens, celebração de finanças, inteligência de profeta e audácia de americano que é Percival Farquhar. Ou porque o ruído tilintante dos milhões com que ele gira nos entontece, ou porque o ruído do tambor dos nossos clamores de escândalos e negociatas

13. Difícil compreender o que estes valores salariais representavam na época, em relação ao tempo de trabalho e ao tipo de serviço realizado na *Brazil Railway*. Para comparar a questão salarial, José Ramos Tinhorão oferece alguns dados interessantes: em 1906 um operário tecelão de São Caetano, trabalhando 12 horas diárias, recebia um salário aproximado de 90 mil réis, dos quais entre 20 e 30 mil réis eram destinados ao pagamento do aluguel de uma modesta casa de dois cômodos e cozinha. Na maioria dos casos, os melhores salários do ainda pequeno número de operários da época poucas vezes superavam a faixa dos 150 mil réis. Passados alguns anos, é de se imaginar que os valores pagos pela empresa norte-americana aos trabalhadores eram, realmente, insignificantes. (TINHORÃO, 1999, p.330).

nos previna contra ele, ou porque desconhecemos a origem inconfundível da sua personalidade notável, o fato é que baralhamos as coisas, imergimos em nossa confusão extraordinária e incapacitamo-nos de saber ao certo que vale e que pretende Percival Farquhar e o que nos tem feito de bom e o que nos tem feito de mau o monumental sindicato ferroviário distinguido pela singela denominação de Brazil Railway.

A Brazil Railway Company fundou-se em Portland, Estados Unidos, a 3 de novembro de 1906, devendo completar neste ano o seu primeiro decênio de atribuições e de trabalhos espantosos. O fim capital, meta da sua organização, era a construção de uma rede ferroviária nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, aquisição e arrendamento de ferrovias desses departamentos brasileiros. Ampliou, porém, a Brazil Railway a sua ação e montou empresas para exploração de portos, florestas, criação de gado, colonização, hotéis, etc. Fez-se acionista de sociedades argentinas, chilenas e uruguaias.

E isso era a realização da primeira parte do gigantesco sonho de Farquhar. Atualmente, dos 25 ou 26 mil km de ferrovias do Brasil, 11 mil pertencem ou estão sob o domínio da Brazil Railway. As terras adquiridas por essa companhia ou a ela concedidas somam um total de 140.000 quilômetros quadrados. Como é de ver, o capital dessa companhia tem de ser colossal. E é, realmente. Ele sobe à fabulosa soma de 50 milhões de dólares dividido em 500 mil ações de valor de 100 dólares cada uma.

Ora, sob a direção dessa poderosíssima empresa que se encontram, em nosso estado, a Estrada de Ferro do Paraná, a São Paulo – Rio Grande, a estrada Norte – Paraná e a estrada de ferro de São Francisco, em um total de mais de 1.200 km de trilhos com um respeitável movimento de cargas e de passageiros.

Além dessas companhias ferroviárias, a Brazil Railway explora o serviço de colonização nas margens da São Paulo – Rio Grande; superintende a imensa serraria Lumber; está construindo a maior serraria da América do Sul no município de Jaguariaíva; tem fazendas de criação em diversos pontos do Estado e possui uma fábrica de queijos de primeira ordem em Carambéi. Podemos nos queixar dela? Não. Foi ela que, à custa de sacrifícios inauditos, desbravou os sertões virgens do Rio do Peixe, rumo do Uruguai, onde montou monumental ponte metálica. É ela que está povoando aquelas regiões taladas ainda há pouco pelos fanáticos. E vamos ver que esse serviço não é pequeno. É dos mais brilhantes. Olhando assim verifica-se que aquele nimbo de prevenção com que aureolamos

aquela possante companhia e aquela constante animosidade contra a São Paulo – Rio Grande, vão exageradas, são de flagrante injustiça. Se essa companhia algum mal tem feito, esse mal some-me diante do bem maior, mais duradouro que eles nos legaram. (02/02/1916)

Ao abordar exaustivamente a trajetória da empresa de Farquhar – que também recebe elogiosos comentários devido à sua “inteligência de profeta” e “audácia de americano” no texto jornalístico – a grandeza do potencial econômico da *Brazil Railway* torna-se assunto principal. Tão relevante que, diante dos eventuais ataques aos procedimentos da empresa por determinados segmentos da sociedade, mantém uma imagem inabalável de importância estratégica para o Estado. Até mesmo os argumentos que traduzem uma certa “desconfiança” dos acordos e negociações envolvendo a empresa aparecem neste texto como frutos do desconhecimento da personalidade e dos objetivos de Percival Farquhar e de uma prevenção infundada, que estariam resultando em uma confusão no modo de compreender o desenvolvimento proporcionado pelo rico capital de domínio da multinacional, que vai alargando seus limites e interferindo, cada vez mais, na vida econômica do Paraná.

Por isso mesmo, o jornal argumenta, repercutindo a voz dos atores sociais ligados aos interesses na exploração econômica da *Brazil Railway* e da *Lumber*, que o povo não pode “se queixar” da empresa, absolutamente. Pois ela está ligada a ícones de progresso, como a devastação dos sertões, a construção de pontes e o (re)povoamento da região antes habitada por fanáticos, realizando assim um “brilhante serviço”. Daí o distanciamento das críticas e animosidades anteriormente mencionadas por determinados segmentos sociais (com o aval do jornal, vale lembrar), que neste momento específico aparecem como “injustas”.

Mas é a frase final do discurso jornalístico que exacerba o posicionamento do jornal ao lado das forças econômicas hegemônicas: “se essa companhia algum mal tem feito, esse mal some-me diante do bem maior, mais duradouro que eles nos legaram”. O apagamento de questões sociais como a desapropriação de terras, a exploração da madeira, os baixos salários dos trabalhadores e demais problemas que deveriam ser tratados como temas de interesse coletivo é sugerido e projetado no *Diário da Tarde*, sob o pretexto de que os aspectos positivos sobressaem a qualquer crítica.

É trabalhando em meio a estas (e muitas outras) contradições que a imprensa vai constituindo um campo simbólico de atuação e interferência, profundamente marcado pelo contexto da época. Segundo Foucault, podemos dizer que o jornalismo se institui em um dos espaços em que as narrativas, sob a ilusão de uma linguagem neutra, vão tornar visíveis as muitas experiências sociais; estas narrativas, permeadas por princípios e procedimentos de classificação e ordenação, manifestam, nas palavras do autor, uma “vontade de verdade”. Afinal, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1998, p.10).

Tratamos, aqui, da presença e influência deste poder agindo na construção das notícias. Os processos de instituição e movimentação de sentidos inerentes à atividade jornalística apresentam-se como elementos fundamentais na construção histórica dos acontecimentos da Guerra do Contestado.

A polifonia da imprensa “escreve” o Contestado

A Guerra do Contestado figurou como principal assunto nos discursos jornalísticos da segunda década do século passado. Articulando, disputando e organizando vozes variadas, envolvidas direta ou indiretamente no conflito, a imprensa paranaense foi esboçando verdades e traçando sentidos ao repercutir questões e acontecimentos da Guerra do Contestado.

Partimos do pressuposto que a relação do mundo e do discurso é que o mundo adquire sentido ao ser discursivizado. Há momentos, entretanto, em que o Contestado deixa de ser tematizado – enquanto assunto principal ou secundário nas páginas do jornal –, ocasionando um tipo de “silenciamento” em torno dos acontecimentos que acaba por ignorar os rumos e os objetivos do movimento, assim como a relevância da questão até mesmo nos meios militares.

Trata-se do período correspondente aos meses de julho e agosto de 1914, quando a 1ª Guerra Mundial assume a primeira página do jornal, e o Contestado é deslocado no espaço do periódico para a seção de telegramas. Os conflitos na Europa fazem que o interesse público pela revolta sertaneja seja diluído na imprensa, aparecendo enquanto notícia somente quando

aconteciam operações militares ou mobilizações dos sertanejos na região. Este aspecto, justificável jornalisticamente do ponto de vista da “novidade” do assunto, é percebido pelo *Diário da Tarde* quando publica a seguinte texto, com o título “Ainda os fanáticos”:

A conflagração europeia, preocupando exclusivamente os espíritos, desviou as atenções que antes convergiam para os “fanáticos” em armas. Como que respondendo do esquecimento que os cerca, eles se fazem lembrados, a todo o momento. Ainda agora, chegam-nos notícias de que eles atacaram Papanduva e fizeram outras tropelias criminosas. (29/08/1914)

Admitindo o “esquecimento” público do Contestado em detrimento dos acontecimentos da Europa, o jornal justifica o trabalho cotidiano de seleção e organização de conteúdos considerados relevantes para a sociedade. Comprometendo-se a retomar a importância que a Guerra do Contestado representa nas páginas da imprensa, o assunto volta a aparecer em momentos distintos, quando novos fatos e versões envolvendo o movimento acabam por merecer espaço no *Diário da Tarde*.

Se pelo discurso jornalístico é possível falar daquilo que está fora dele, este campo de atuação discursiva pode ser compreendido a partir da investigação sobre o que uma determinada sociedade produz em termos simbólicos, isto é, em termos de sentidos produzidos e em permanente confronto, e como esses sentidos, ao serem textualizados, vão constituindo um imaginário próprio a um determinado contexto social. Assim, questões nem sempre visíveis que dizem respeito à realidade cotidiana interferem na atividade jornalística “regulando” as formas de dizer e impedindo que se diga qualquer coisa.

O caráter polifônico da imprensa, que faz circular diversas e opostas visões da realidade, oferece aos acontecimentos do Contestado múltiplos sentidos. Independentemente do destaque atribuído à revolta pelo jornal, vale notar que os modos de dizer as diversas temáticas referentes às origens e aos desdobramentos do conflito conferem ao trabalho discursivo o poder de construção da história.

Desse modo, explorando a ideia de que o jornalismo interpela a realidade de modo a construí-la e interpretá-la, questões referentes ao contexto da época inevitavelmente surgiram nos jornais. Percorrendo aspectos e problemas pontuais (como o direito à terra, os interesses e

acordos empresariais, a contestação política, entre outros) procuramos analisar como são tematizadas e discutidas pelo jornal as questões sociais do período, constituindo elementos coadjuvantes à configuração da guerra do Contestado.

O desdobramento das temáticas que orientam o percurso da pesquisa procurou demarcar algumas especificidades do caso de imprensa analisado. Assim, para além de uma abordagem que procura verificar as situações informadas pelos jornais no contexto dado (e, simultaneamente, o contexto sendo construído e revelado pelos jornais), a pesquisa buscou detectar o movimento de diferenciação destes discursos, regidos por micro-lógicas próprias, na tentativa de contribuir para a reflexão acerca dos fenômenos que se colocam em jogo nas complexas relações sociais que regem o universo simbólico da produção de sentido.